

Universidade de São Paulo
Departamento de Ciência Política

“O processo de fundação do PMDB (1979-1980)”

Rafael Moreira Dardaque Mucinhato

Trabalho preparado para apresentação no IV Seminário Discente da Pós-Graduação em
Ciência Política da USP, de 07 a 11 de abril de 2014

O processo de fundação do PMDB (1979-1980)¹

Resumo

O período inicial do nosso “recente” pluripartidarismo (ainda que moderado) compreende um recorte de tempo riquíssimo para se analisar a origem dos partidos políticos e o seu desenvolvimento num país recém democratizado. O objetivo deste *working paper* é apresentar resultados preliminares de uma pesquisa em curso sobre um dos partidos mais presentes na nossa história política recente, um ator importante no processo de transição para a democracia e que apesar disso, pouco tem sido estudado: o PMDB. Regressando ao momento de sua fundação, busco compreender analiticamente toda sua trajetória interna e sua relação com os outros partidos neste momento tão crucial de nosso sistema político-partidário, apresentando a sua busca por uma definição ideológica como sendo de centro-esquerda em meio ao seu processo de regulamentação perante a legislação partidária. Adoto como recorte principal deste texto os anos de 1979 e 1980, um ponto de partida necessário para compreender o papel cumprido pelo partido na atual configuração do nosso sistema político-partidário.

Palavras chave

Partidos políticos, correntes internas, sistema partidário, redemocratização, PMDB.

1. Introdução

A agenda de pesquisa sobre os partidos políticos brasileiros vem se expandindo nas últimas décadas, mas compreende ainda um campo pouco explorado na perspectiva da historiografia política. Até por conta do nosso “excessivo” pluripartidarismo, há muitos objetos de estudo que ainda requerem análises mais aprofundadas. Nota-se na literatura que enquanto abundam pesquisas sobre os partidos de esquerda, sendo o PT sem dúvida nenhuma o partido mais estudado de todos, os partidos que se localizam no outro lado do espectro partidário ou no seu centro tem sido pouco estudados (salvo raras exceções).

¹ Esse *paper* representa uma versão reduzida do primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado, orientada pelo Professor André Singer.

O PMDB já ocupou o cargo máximo do Executivo em uma oportunidade, e outros dois presidentes também tiveram seu histórico de militância política ligado ao partido. Para além disso, o partido vem ocupando inúmeros postos importantes no Poder Executivo desde a sua fundação. Entre ministérios e secretarias especiais, o partido ocupou 72 pastas de 1985 a 2010. O partido também se apresenta regionalmente forte, tendo 71 governadores eleitos pela legenda de 1982 a 2012. Apenas estes indicadores já evidenciam o quanto o partido se tornou relevante em nossa democracia.

Assim, mesmo ocupando um papel central desde o restabelecimento do pluripartidarismo, o PMDB tem sido deixado de lado e há poucos estudos realizados especificamente sobre o partido em nível nacional. Muito desse “descaso” pode se dar por conta de algumas caracterizações recentes que estão dispersas na literatura a respeito deste partido, muitas das quais negativas (por exemplo Melo (2007), Braga (2010) e Reis (2010)).

Dessa forma, para desenvolver uma análise monográfica de um partido contemporâneo caracterizado como sendo de centro (como o fizeram Lima Jr, 1993; Kinzo, 1993; Novaes, 1994; e Figueiredo e Limongi, 1995a, ao longo da década de 1990), devemos compreendê-lo não apenas como uma estrutura monolítica, mas sim como um objeto em constante transformação desde sua origem. Devemos reconstruir sua história através de uma multiplicidade de fontes para assim entendermos o que é o PMDB hoje, ou melhor, o que levou o PMDB a se tornar o que ele é hoje e o que era o PMDB no momento de sua fundação. Como um partido que se declarava de “centro-esquerda” no momento de sua fundação, com um discurso de oposição ao regime militar adota como seu discurso central nos dias de hoje o seu comprometimento com a “manutenção da estabilidade democrática”?

Assim sendo, é necessário regressarmos ao momento de sua Fundação, buscando compreender analiticamente toda sua trajetória interna e sua relação com os outros partidos neste momento tão crucial de nosso sistema político-partidário e num período de grande flutuação dos quadros políticos. Ao definir as alas internas que compuseram o partido, analisando sua dinâmica interna de interações desde a sua fundação, reconstrói-se a busca por uma identidade ideológica no partido no momento no qual se inaugura um sistema político multipartidário no país.

Cabe o registro que o retorno às origens é marca registrada de uma série de obras monográficas sobre os partidos políticos brasileiros². Os partidos são profundamente influenciados pela sua história, isto é, pelos processos de socialização de seus líderes e quadros (Sartori, 1982, p. 170). Toda organização traz consigo a marca das suas modalidades de formação e das principais decisões político-administrativas de seus fundadores: são estas as decisões que modelam sua organização (Panebianco, 2005, p.92). Além disso, a gênese de um partido (ou de grupos parlamentares) nem sempre se dá em torno de doutrinas políticas (idem, p.20). Ela pode estar associada a fatores ideológicos, a fatores locais ou ligadas a um interesse comum (idem, p.22).

Nesse sentido, os últimos meses do ano de 1979 e o ano de 1980 no Brasil representam um recorte de tempo interessantíssimo para se pensar o surgimento de uma organização partidária em um contexto recém estabelecido de pluripartidarismo, ainda que moderado. Um período único de nossa história, uma situação quase de “laboratório” nas palavras de Fleischer (1982). Um momento no qual combinaram-se a extinção forçada de um sistema bipartidário com a liberalização da formação de partidos políticos, muitos dos quais permanecem no cenário político até hoje.

O grupo parlamentar que compunha o MDB, oposição partidária ao regime militar, possuía comitês eleitorais por todo o país, mas seus políticos não se mantem articulados em torno de apenas um partido após a reforma de 1979. Seus quadros se dividiram entre todos os partidos que estão em processo de formação apesar das tentativas de alguns líderes de manter a oposição unida. Um de seus sucedâneos, o PMDB, herda parte de sua estrutura física, mas precisa partir do zero para se definir ideologicamente e se colocar dentro de um sistema que então se tornava pluripartidário. Surge aí todo um esforço por parte de seus filiados em colocar o partido como sendo de oposição, na centro-esquerda, amplo e de massas, uma imagem que gradativamente se transforma com o passar dos anos e que transforma o partido no que ele é hoje. Nesse sentido, quais processos levaram o partido a se deslocar dentro do espectro político-partidário?

2. Um novo partido

O processo inicial de formação do PMDB foi bastante difícil apesar do que nossa memória política tenderia a pensar. Houve uma

² Sampaio (1982), Benevides (1981, 1989), Hippolito (2012).

série de dificuldades as quais o partido teve que superar no sentido de se regularizar perante a Justiça Eleitoral e ao mesmo tempo articular uma parte dos parlamentares em torno dessa nova sigla que surgia. É importante frisar aqui que se tratava de “uma nova sigla” pois, apesar da simples inclusão do “P” antes da sigla MDB (uma saída estratégica sugerida pelo então presidente regional do partido da cidade de Guarulhos/SP, Jorge Singh), o PMDB representa algo novo no cenário político-partidário brasileiro. A apresentação do Projeto de Lei n. 37, enviado ao Congresso em 18 de outubro de 1979 deu início a um processo de realinhamento de toda a classe política nacional, em todos os níveis, forçando os deputados a buscarem se acomodar em um novo cenário que surgia.

Dessa forma, não há uma simples continuidade linear entre o PMDB e o antigo MDB, assim como o PDS não representou uma simples continuidade da ARENA. Estamos em um contexto totalmente distinto daquele entre 1965 e 1979, pluripartidário a partir de então. Todas as forças políticas são forçadas a se realinhar em uma nova conjuntura liberalizante, incorporando também nas novas organizações aqueles políticos anistiados poucos meses antes, muitos deles figuras de expressão no cenário nacional pré-64³. Os parlamentares que integravam o antigo MDB são os mesmos que irão formar todos os outros partidos e não apenas o PMDB.

Surgem neste momento outros cinco partidos: o Partido Popular (PP), os dois Partido Trabalhista Brasileiro (os PTB Brizolista e o Varguista, que disputam a legenda em um primeiro momento), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Social (PDS, que também contou com deputados emedebistas e que até princípios de 1980 ainda era chamado apenas de Partido Democrático)⁴. As antigas bandeiras levantadas pelo MDB também se dispersaram ao longo do espectro partidário e foram incorporadas pelos novos partidos que surgem de acordo com o perfil ideológico que procuram apresentar ao eleitorado. O PP, por exemplo, também surge como um grande defensor das eleições diretas para os cargos Executivos, apesar de não possuir um consenso quanto à convocação de uma Assembleia Constituinte. Nesse sentido, o PMDB representa um “recorte” daquilo que um dia foi o MDB e o termo “MDB/PMDB”, corrente na literatura, deve ser relativizado.

³ Como, por exemplo, Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes e Miguel Arraes.

⁴ A respeito das propostas de criação de outros partidos nos anos de 1978-79, ver Kinzo (1980).

Posto isto, é importante compreender a fundação do partido como um “processo”, no qual há um elemento em constante transformação. Um processo bastante tortuoso, cheio de avanços e retrocessos, mas que contem marcos históricos que servem como momentos específicos para uma análise mais detida. Os anos de 1979 e 1980 compreendem um período no qual os novos partidos que surgem se veem divididos entre várias tarefas: preparar-se para as eleições diretas municipais previstas para ocorrerem em 15 de novembro de 1980 (caso elas realmente ocorram); arregimentar quadros e não perdê-los para as outras agremiações que se formam; buscar filiados nos diferentes níveis da federação; e por fim buscar estruturar-se nacionalmente, cumprindo a legislação que surge a partir da nova lei dos partidos⁵. Tudo isso em um contexto no qual alguns setores do regime militar não haviam descartado o uso de métodos intimidatórios.

3. Insegurança organizativa e a perda inicial de quadros

Em 20 de dezembro de 1979, o então presidente João Baptista Figueiredo sanciona a Lei n. 6.767 extinguindo os partidos criados com base no Ato Complementar n. 4, de 20 de dezembro de 1965, por não preencherem os requisitos da nova lei⁶. Em outras palavras, extinguiram-se o bipartidarismo e os partidos vigentes até então, impondo-se a articulação de novos partidos políticos até que a lei fosse efetivamente regulamentada pelo TSE. Neste novo contexto, o PMDB, assim como todos os outros partidos que buscariam se organizar, passa por um processo bastante longo e difícil de regularização perante a Justiça Eleitoral.

A Lei exige que uma série de documentos sejam apresentados perante o TSE para que cada partido seja fundado oficialmente e o prazo que se pede é de apenas 1 ano, com o risco de se perder tudo que fora construído até aquele momento caso não se tenha cumprido as exigências. A legislação institui que seriam necessários: uma Comissão Diretora Nacional Provisória, com no mínimo 7 e no máximo 11 membros; pelo menos nove Comissões Regionais, em estados diferentes, apontadas pela Comissão Nacional Provisória; uma lista mínima com 101 fundadores do Partido (um problema que de partida já foi difícil de ser superado

⁵ Além de outros problemas mais específicos do PMDB, como a ameaça de “despejo” de sua sede, na Câmara, por conta da possível aprovação de uma nova resolução da Casa que proibiria a instalação das sedes dos novos partidos dentro de suas dependências.

⁶ A lei em sua íntegra encontra-se no link www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6767-20-dezembro-1979-357280-publicacaooriginal-1-pl.html acessado em 27/06/2013.

pelo PMDB, gerando muita discussão em torno da inclusão ou não do grupo dos “notáveis” nesta lista⁷); por fim, a publicação na imprensa oficial do seu manifesto de lançamento, seu estatuto e programa, a serem apresentados ao TSE, assim como sua aprovação em convenções municipais, regionais e nacional. Pelo fato do TSE encontrar-se no período de férias quando do sancionamento da lei, o que retardaria a apresentação de instruções mais detalhadas para os futuros partidos, inicia-se a articulação e arregimentação de quantos parlamentares fosse possível para a elaboração de seus primeiros documentos públicos (seus programas e respectivos manifestos) durante o período das “férias parlamentares”. Ou seja, trata-se de um processo relativamente difícil de ser cumprido naquele contexto.

No momento em que a Lei é sancionada, o PMDB já possui uma primeira lista de parlamentares elaborada para comporem sua Comissão Provisória para dirigi-lo até sua Convenção Nacional, a ser realizada no início de 1980. Será essa mesma Convenção que decidirá os membros definitivos desta Comissão Provisória, que irão dirigir o partido até que sejam cumpridas as exigências previstas na lei de reforma partidária. Isso evidencia o quanto os partidos que iriam surgir neste novo cenário já se articulavam antes mesmo da lei ser sancionada, prevendo a sua sanção pelo presidente Figueiredo⁸.

Simultaneamente, no mesmo dia em que a nova lei é sancionada, PMDB e PP emitem suas propostas de “programas básicos”, ambos tecendo duras críticas ao regime e ao governo e se posicionando como oposição à esquerda do governo. Esse documento básico do PMDB será enviado para todas as bases estaduais que se formarem e lhes será permitido anexar comentários e críticas, a serem debatidos na Convenção de Fundadores, pré-marcada para 15 de janeiro do ano seguinte. Com referência ao Manifesto, superou-se o problema da inclusão do grupo dos notáveis com uma simples solução: o grupo fora incluído após a lista dos 101 primeiros fundadores, que eram todos parlamentares.

⁷ O grupo dos “notáveis” do partido compreendia todos aqueles filiados que já eram figuras expressivas da política mas que não possuíam mandato parlamentar naquele momento. Alguns deles eram apenas simpatizantes da nova legenda, mas no futuro seriam de extrema importância para o Partido. Entre este grupo, estão incluídos: Fernando Henrique Cardoso, Roberto Mangabeira Unger, Miguel Arraes de Alencar e José Serra.

⁸ A votação da Reforma Partidária se deu no Congresso nos dias 21 e 22 de novembro de 1979 e sob muitos protestos dos deputados oposicionistas, o MDB nada pôde fazer perante a maioria em plenário da Arena.

O Partido havia apontado três intelectuais e um político como responsáveis por elaborar um primeiro esboço do Programa Partidário, intitulado “Proposta de Debate”. São eles o cientista político Roberto Mangabeira Unger, o economista José Serra, o sociólogo e suplente de Senador Fernando Henrique Cardoso e o ex-Deputado Federal Rafael de Almeida Magalhães e, caso quisessem, poderiam incorporar recomendações de outros setores da sociedade. Abaixo alguns trechos importantes do documento divulgado ainda em 20 de dezembro de 1979:

“A história do Brasil é uma história de liberalismo encaixotado, e de injustiças desinibidas. Mas também é a história do despertar de um povo, em meio a enganos e decepções, para uma exigência de cidadania e respeito.”

“A primeira e mais importante lição (da história brasileira) é a superioridade das massas sobre as elites que pretenderam tutelá-las. Esta constatação é o ponto de partida de nosso programa.”

Este primeiro esboço, com uma extensão considerável, já reconhece a existência de diferentes tendências no Partido:

“Sendo um Partido (democrático), e não uma frente, (...) o PMDB reconhece a existência de divergências em seus quadros (mas) elas deverão convergir no sentido de uma vontade comum”.

Na mesma data publica-se também o Manifesto dos Fundadores do PMDB, assinado por 128 parlamentares e 22 não-parlamentares. Dos 189 deputados que compunham o MDB no momento de sua extinção, são 108 aqueles que assinam o Livro do PMDB, mas muitos destes ainda durante o mês de janeiro de 1980 optariam por construir outros partidos, como será mostrado adiante.

As divisões internas que haviam no MDB, diversificado ideologicamente (Kinzo, 1988), com baixa coesão interna (Kinzo, 1980) e insuficiente para abrigar todas as suas tendências (Miyamoto, 1980) já começam a se mostrar aparentes no início do processo de fundação do PMDB, ainda em finais de 1979, inclusive antes do sancionamento da Lei de Reforma Partidária. Primeiramente na lista de fundadores do partido que compuseram este primeiro documento, que posteriormente iria servir para

formar a lista de indicados para sua Comissão Provisória (grupos de vários Estados já passam a pedir por uma maior representação no futuro partido assim como as tendências internas que marcam esse período de transição)⁹. E num segundo momento quando da articulação dos políticos peemedebistas para a realização da sua primeira Convenção que se realizaria em janeiro de 1980.

O bloco do ex-MDB caracterizado como “Autêntico” era composto pelos chamados de “Autênticos históricos” e por um subgrupo de políticos auto-intitulado de “Tendência Popular”. Esse subgrupo fora formado poucos meses antes da extinção do MDB, definindo-se como uma “corrente de opinião interna ao Partido”¹⁰, que procura aproximá-lo dos movimentos sociais e das lutas populares, abrindo espaço para a representação popular dentro dos seus órgãos de decisão no intuito de construir um “partido de massa”¹¹. São caracterizados pelas outras correntes como a esquerda radical dentro do partido¹² e possivelmente optaram por se manter dentro do PMDB pela dificuldade que a legislação impunha para se organizar um partido novo. Este grupo clama por maior representação na futura comissão provisória e tem inclusive dois nomes pré-indicados: o ex-deputado Almino Affonso e o deputado federal Francisco Pinto.

Por sua vez, temos o bloco dos políticos “não alinhados”, surgido a partir do Senado, compreendendo um grupo que declara ser equidistante ideologicamente entre os “Moderados” e os “Autênticos”, com um discurso mais liberal. Um de seus principais porta-vozes é o senador Itamar Franco, que critica a Tendência por tentar dominar o partido¹³ neste período de formação. O tensionamento entre estes grupos apresenta-se não apenas a nível Federal, mas também em nível Regional, colocando dificuldades para a nomeação das Comissões Provisórias Regionais em alguns estados. Em Goiás, por exemplo, representantes da Tendência argumentam que se caso o seu grupo não seja contemplado todos poderão rumar para outro partido¹⁴.

⁹ Havia no MDB uma disputa interna que ia além do grupo dos “Autênticos” e dos “Moderados”, como já fora apontado por Miyamoto (1980) em São Paulo.

¹⁰ Editorial da Folha de S. Paulo “Por que a Tendência Popular?” – 17/02/1980, escrito por um dos porta-vozes da Tendência, o ex-deputado federal Almino Affonso.

¹¹ Editorial da Folha de S. Paulo de 2 de março de 1980, “Um partido de massas”, também escrito por Almino Affonso.

¹² Declaração do então Senador Itamar Franco (MG) à Folha de S. Paulo – 26/12/1979

¹³ Entrevista publicada em Folha de S. Paulo – 27/12/1979

¹⁴ Depoimento de Ademar Santilo à Folha de S. Paulo – 15/01/1980. O Deputado chegou a se afastar do PMDB durante oito meses no ano de 1980, momento no qual se filiou ao PT, mas após este período

No outro pólo, encontram-se os deputados do ex-MDB que eram caracterizados como os “Moderados”, mas que gradualmente se reduzem por conta da migração do seu subgrupo “Adesista”. Estes passam a construir o PP junto com Tancredo Neves ou migram para o que viria a ser o futuro PDS.

Nestes primeiros meses de formação após o sancionamento da Lei de Reforma Partidária, o PMDB passa rapidamente a perder uma série de quadros importantes que pertenciam ao MDB para os outros Partidos em formação. Por exemplo, o Senador Amaral Peixoto, que se aproxima gradativamente do processo de formação do PDS; Alencar Furtado, ex-líder da oposição na Câmara e parte do grupo dos autênticos se vê tentado a se filiar ao PTB Brizolista; Léo Simões, que passa oficialmente ao bloco governista e adere ao PD (futuro PDS). A maior parte daqueles que compunham os “Moderados” (ai incluídos praticamente todos os adesistas) migra para outras agremiações, sobretudo o PP. Ao mesmo tempo, no outro pólo do partido, parte dos Deputados da Tendência Popular se aproxima gradativamente da formação do PT por certa afinidade ideológica. Essa aproximação é confirmada por um depoimento dado pelo ex-presidente Lula: “Convidamos (para as reuniões iniciais do PT) um pessoal da chamada ‘área popular’ do MDB” (Melhem e Russo, 2004, p. 239).

Essa perda de quadros ainda prévia à sua primeira Convenção passa a fomentar uma tensão interna já nos primeiros meses do partido em formação. Polariza-se o debate ideológico entre o bloco dos “não-alinhados” e a Tendência Popular, que irá se materializar na disputa pelas nomeações para a futura Comissão Provisória.

Apesar da tensão existente neste primeiro momento entre “populares” e “não-alinhados”, ambos se aproximam em uma reivindicação que pretendem colocar quando da realização da primeira convenção do partido: articular uma direção colegiada do novo partido que surgia, ao invés de uma Executiva¹⁵. Dessa forma, todos os futuros 11 membros da Executiva teriam o mesmo peso na condução da legenda e ambos os setores teriam maior peso em nível nacional.

acabou por retornar ao PMDB (retirado do Dicionário Histórico Biográfico brasileiro, publicado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, no volume IV, páginas 3079 e 3080). Seu irmão, o Senador Henrique Santillo também pertenceu ao PT durante alguns meses, retornando ao PMDB em 1 de Agosto de 1980.

¹⁵ Depoimentos dados à Folha de S. Paulo, 10 de janeiro de 1979.

Ao fim das discussões prévias à Convenção, realizadas em reuniões internas do partido nos dias 18, 19 e 20 de dezembro de 1979, chega-se a um consenso quanto aos indicados para possivelmente compor a Comissão Provisória Nacional. Todos eram parlamentares naquele momento: os senadores Orestes Quércia (SP), Franco Montoro (SP), Teotônio Vilela (AL), Itamar Franco (MG) e Mauro Benevides (CE), e os deputados Ulysses Guimarães (SP), Freitas Nobre (SP), Paulo Rates (RJ), Aldo Fagundes (RS), Francisco Pinto (BA) e Fernando Coelho (PE). Dos 11 indicados, temos 6 do Sudeste (4 paulistas, 1 mineiro e 1 carioca), 1 do Sul (um gaúcho) e mais 4 nordestinos (1 alagoano, 1 cearense, 1 baiano e 1 pernambucano).

No dia 6 de janeiro de 1980, portanto antes da realização da Convenção Nacional de Fundação do PMDB e da reabertura do Congresso, o cenário no Poder Legislativo era o seguinte (considerando que a Câmara possuía um total de 420 representantes naquele momento e o Senado 67):

Tabela 1. Distribuição partidária no Congresso – 6/01/1980

	Câmara	Senado	Congresso
PD (futuro PDS)	210	37	247
PMDB	106	22	128
PP	81	7	88
PTB	21	1	22
PT	2		2

Fonte: Folha de S. Paulo, 6 de janeiro de 1980, p. 5

Alguns movimentos interessantes já ocorriam nos partidos neste primeiro momento. Em um balanço prévio, dos 231 arenistas que havia na Câmara ao final de 1979, neste momento, 34 já rumaram para o PP, junto com outros 47 emedebistas. Um ponto interessante é que a bancada fluminense se torna majoritariamente do PP pois a corrente Chaguista do MDB (liderada por Chagas Freitas) bandeou em peso para este partido¹⁶. Dos 35 deputados que o MDB tinha no estado do Rio de Janeiro, 19 foram para o PP. Mas não somente os Chaguistas migraram do MDB até aquele momento. O deputado Jorge Mouta, um ex-autêntico, também migra para o PP. E não somente liberais da Arena migraram para outros partidos. O deputado Clóvis Stenzel, considerado porta-voz da linha-dura durante os mandatos de Costa e Silva e Médici, também ingressa no

¹⁶ Sobre o fenômeno do “chaguismo”, ver Diniz (1982).

PP. O PMDB também perde quadros importantes no estado da Bahia: os deputados Jorge Viana, Hilderico de Oliveira e Roque Aras optaram por construir o PTB Brizolista que se formava naquele estado.

4. A Convenção Nacional de Fundação

Nos dias 15 e 16 de janeiro de 1980, em Brasília, realiza-se a primeira Convenção Nacional do PMDB, tendo um caráter de Convenção dos Fundadores do Partido. Pela manhã do primeiro dia discute-se o Programa, o Estatuto e o Manifesto do partido, sendo aberta a possibilidade de emendas pelos participantes. Pela tarde o Manifesto é aprovado em caráter definitivo, ficando pendente para o segundo dia os outros dois documentos. Em seguida, elege-se a “Comissão Provisória definitiva” do partido, sendo mantidos os nomes que haviam sido apresentados anteriormente (listados na seção anterior) e que irão comandar o partido até que sua regularização junto ao TSE esteja completa. Tendência Popular e os políticos não-alinhados foram dissuadidos de sua ideia de formar uma liderança Colegiada para o partido e a nomeação da Comissão se dá por simples “aclamação”.

Neste mesmo dia, o Deputado Airton Soares (SP), vice-líder do ex-MDB, anuncia seu desligamento do PMDB e possível ingresso no PT, seguindo o mesmo caminho que os Deputados Edson Khair (RJ) e Antônio Carlos (MS). Outros que não se sentem contemplados com as escolhas que se desenhavam para as Comissões Provisórias também começam a cogitar seu desligamento, sobretudo aqueles que se localizavam no campo mais combativo do MDB.

No segundo dia da Convenção serão escolhidas pela Comissão Nacional as Comissões Provisórias regionais, e nesse momento inicia-se uma série de disputas regionais entre as diferentes tendências a fim de acomodá-las nos órgãos de direção do partido (o que se coloca como mais um obstáculo para que o partido se adéque à nova legislação partidária). Surgem tensões no Acre, Sergipe, Amazonas, São Paulo e Goiás e o partido teme perder quadros para os outros partidos em meio a esse processo. Em São Paulo, por exemplo, Aurélio Peres, militante comunista que atuava no MDB e fazia parte da Tendência Popular reivindica uma vaga na Comissão Provisória desse estado, o que é inaceitável para outros correligionários.

A disputa pelo controle das Comissões Provisórias Estaduais é central para o controle da máquina partidária naquele momento. As elites locais buscam construir seu espaço visando a possível realização das eleições de 1980 (ou pelo menos as eleições previstas para 1982). Garantindo o controle das Comissões Provisórias, os políticos poderiam buscar maior espaço quando as Comissões se tornassem permanentes e ganhariam a atribuição de indicar candidatos às eleições.

Neste mesmo dia também são aprovados os textos do Programa e do Estatuto do Partido, que ainda deverão ser aprovados em outras instâncias do Partido (suas futuras Convenções Regionais e Municipais). O Estatuto prevê que a Executiva Nacional tenha entre os seus 15 integrantes representantes que não sejam parlamentares, como os considerados “notáveis” que assinaram o livro de fundação do Partido. Nesta instância também podem constar representantes de movimentos sociais e segmentos da sociedade civil, o que é distinto da Comissão Provisória Nacional, na qual se decidiu que só poderiam participar parlamentares. O Estatuto também prevê que os diretórios reservem um terço de suas vagas para representantes desses segmentos da sociedade.

Logo após a realização da Convenção, muitos dos “populares” não se sentem contemplados pelas nomeações das comissões regionais provisórias e cogitam abandonar o partido, migrando para algum partido que se localize mais à esquerda no novo espectro partidário que surgia, como o PT ou PTB Brizolista. A Tendência Popular inclusive vai se aproximando gradativamente de um grupo denominado “Forças da Base”, que então contribuía para a formação do PT. Nesse sentido, no dia 17 de janeiro os irmãos Senador Henrique Santilo e o Deputado Ademar Santilo (ambos de GO) anunciam seu desligamento do PMDB e seu ingresso no PT¹⁷. O argumento de ambos é que a Comissão Nacional optou por uma ala mais conservadora na escolha das lideranças de Goiás e que não estão dando espaço a membros não-parlamentares, ligados aos movimentos sociais. No Pará, por sua vez, o “racha” acaba por ser à direita: três dos quatro Deputados Federais que o MDB possuía optam pelo PP. São eles: Nélio Lobato, João Menezes e Lúcia Viveiros, e o único que permanece no PMDB é Jader Barbalho.

¹⁷ Folha de S. Paulo, 18 de janeiro de 1980 – “O crescimento das deserções preocupa o PMDB”.

No dia 18 de janeiro reúne-se pela primeira vez a Comissão Nacional Provisória, que acaba por definir os seus primeiros cargos: Ulysses Guimarães (Deputado Federal-SP) como presidente, Aldo Fagundes (Deputado Federal-RS) como secretário geral do partido (cargo que no antigo MDB era ocupado por Tales Ramalho, que passa a construir o PP e acaba se afastando do PMDB) e Mauro Benevides para a tesouraria. Alguns dias depois, definem-se outros cargos: dois vice-presidentes, Teotônio Vilela (que havia passado à oposição poucos meses antes) e Fernando Coelho (do “grupo popular”), assim como cinco políticos designados para representar o partido junto ao TSE.

Durante o meses de janeiro e fevereiro seguem as tensões para as nomeações das Comissões Provisórias Regionais num difícil processo de acomodação das elites estaduais. Ainda há impasses não resolvidos na Bahia, Amazonas, Sergipe e Santa Catarina. A disputa pelo PMDB de Amazonas chegou a ser inclusive física entre os dois grupos que reivindicavam para si a Comissão Provisória, com ambos indo a Brasília para pressionar a direção nacional para que tomassem uma decisão.

5. Superando a insegurança

No dia 8 de fevereiro de 1980 o PMDB ingressa oficialmente com sua documentação junto ao TSE e é o primeiro partido a fazê-lo. O Partido argumenta que constituiu comissões provisórias regionais em quase todos os estados e territórios, com exceção da Bahia, Sergipe, Amazonas, Maranhão e Roraima.

Em novo balanço da Câmara, ainda prévio à sua reabertura, as novas defecções rumo ao governo vão reduzindo o tamanho da bancada do PMDB. O partido passa de 106 para 92 deputados, e de 22 senadores para 19. Neste momento, dos 225 deputados do PDS, eram 23 os caracterizados como provenientes da ala “adesista”, sendo egressos do antigo MDB que ingressaram no partido governista. Conforme o PDS angaria mais adesões vindas da oposição, PP e PMDB são “empurrados” para uma posição um pouco mais à esquerda no espectro partidário. Se antes o PP era visto como uma oposição moderada, consentida e reformista, nesse momento seu líder Tancredo Neves elabora e publica um Manifesto intitulado “Plano de ação política”, criticando fortemente a linha de ação adotada pelo PDS e a sua cooptação de quadros.

No dia 15 de fevereiro, o TSE baixa a resolução 10.785, regulamentando a Lei Orgânica dos partidos políticos, com 178

artigos a serem cumpridos. Logo após este fato, outra dificuldade se coloca ao partido: o TSE sinaliza que o primeiro pedido de registro provisório do PMDB acabará por ser arquivado pelo Tribunal sob a alegação de falta de documentos essenciais. O argumento era que faltariam provas de que o partido estivesse organizado em pelo menos um quinto dos municípios dos nove estados nos quais já tinha estabelecido comissões provisórias. O mesmo acabou por ocorrer com o PTB de Brizola e o PTB de Ivete Vargas, recordando que naquele momento ambos ainda reivindicavam a sigla¹⁸. Assim, PMDB e PTB (tanto o Brizolista quanto o de Ivete Vargas) acabam tendo que entrar com o pedido de registro provisório mais uma vez junto ao TSE, apresentando desta vez os documentos que lhes faltavam.

Um mês depois, no dia 10 de abril, o Partido apresenta à Justiça Eleitoral sua nova documentação na qual constam os dados referentes a 680 municípios de 13 unidades da federação. Os representantes do Partido informam também que houve defecções em seus quadros após o Congresso de Fundação de Janeiro do mesmo ano: no momento do novo registro, constam 18 senadores e 88 deputados como filiados ao PMDB.

Por fim, no dia 6 de maio de 1980, o partido teve deferido pelo TSE o seu pedido de registro partidário provisório, tornando-se o primeiro partido a obtê-lo dentro das novas regras em vigor (inclusive antes do partido governista, o PDS). Dessa forma ele supera os seus primeiros meses de incertezas quanto a sua estruturação nacional e de dificuldades para a nomeação das Comissões Provisórias. A partir de então, o PMDB inicia uma nova fase e passa a ter um ano para organizar-se nacionalmente. Seguindo esses passos o partido poderia então ter seu registro definitivo concedido e teria autorização para funcionar dentro da legalidade.

Tendo sido o primeiro a alcançar esta etapa, o partido passa então a intensificar seu processo de arregimentação de quadros (procurando acelerar suas filiações), dividindo esforços tanto na sua atuação parlamentar quanto na sua estruturação nacional. Tal medida é de grande interesse ao partido para que se pudessem criar condições para que se realizasse o pleito de 1980 e para que o partido obtivesse seu registro definitivo junto ao TSE. O tema da organização partidária é debatido internamente em uma espécie de

¹⁸ Sobre a disputa de Ivete Vargas e Leonel Brizola sobre o novo PTB, ver Benevides (1989)

“Mini Convenção Nacional” do partido, realizada em Brasília nos dias 16 e 17 de setembro de 1980, na qual o balanço interno é bastante positivo: até aquela data o partido já contava com 2.300 Comissões Provisórias devendo constituir Diretórios definitivos em pelo menos 1.800 municípios (de um total de 3954 municípios brasileiros naquele momento). Reafirma-se também naquela reunião o compromisso de manter as datas das Convenções do Partido, que haviam sido pré-estabelecidas em sua primeira Convenção Nacional: 12 de outubro para as municipais; 23 de novembro as estaduais e 7 de dezembro a nacional.

Nesse sentido, com a realização de suas Convenções Municipais o Partido deu seu primeiro passo rumo ao seu registro definitivo, alcançando um número maior de diretórios em alguns estados do que aqueles que MDB possuía. Abaixo os números finais dessa etapa organizativa:

Tabela 2. Diretórios Municipais eleitos em 12 de outubro de 1980*

	Municípios	Diretórios
Acre	12	12 (100%)
Alagoas	94	47 (50%)
Território do Amapá	5	2 (40%)
Bahia	102	62 (61%)
Ceará	104	77 (74%)
Espírito Santo	55	52 (94%)
Goiás	223	211 (95%)
Mato Grosso do Sul	64	51 (80%)
Minas Gerais	722	146 (20%)
Maranhão	131	33 (25%)
Paraíba	171	80 (47%)
Paraná	295	250 (85%)
Pará	83	43 (52%)
Pernambuco	184	101 (55%)
Piauí	114	41 (36%)
Rio Grande do Sul	282	200 (71%)
Rio Grande do Norte	150	30 (20%)
Rio de Janeiro	64	49 (76%)
Rio de Janeiro (cidade)	25	18 (72%)
Território de Roraima	2	2 (100%)
Território de Rondônia	7	6 (86%)
Santa Catarina	197	150 (76%)

São Paulo	571	400 (70%)**
Sergipe	74	37 (50%)

*Dados dos Estados de MT e AM não foram divulgados pela imprensa no período

**Não confirmada pelo TSE

Fonte: Folha de S. Paulo – 12/10/1980

Em seguida, a 23 de novembro, realizam-se as Convenções Estaduais para as eleições dos Diretórios Regionais do Partido. Na maioria dos Estados não há disputas e a escolha se dá apenas através da homologação de chapa única. Por sua vez, cada Diretório Regional elege suas respectivas Comissões Executivas, seus prováveis candidatos às eleições de 1982, assim como os delegados do PMDB de cada estado para se dirigirem a Convenção Nacional do Partido.

Enfim, nos dias 6 e 7 de dezembro, realiza-se a primeira Convenção Nacional do PMDB, no plenário da Câmara dos Deputados. Na pauta da Convenção constavam tanto itens formais, para que o partido pudesse obter seu registro definitivo, quanto pautas políticas e questões internas do partido. No primeiro grupo de temas, discutem-se: a eleição e posse do Diretório e da Executiva Nacional do partido, que irão dirigir o partido pelo período de um ano; aprovação do Manifesto, Programa, Estatuto e Código de Ética do partido. Quanto aos temas políticos, debatem-se os critérios para incorporação de novos quadros ao partido, assim como uma tomada de posição quanto a alguns temas da conjuntura nacional.

No primeiro dia da Convenção, após os pronunciamentos de algumas figuras de frente do partido (como Ulysses Guimarães) as atividades giram em torno da aprovação dos documentos do partido. Estatuto e Programa acabaram por receber inúmeras emendas e sugestões nas Convenções Municipais e Regionais do partido e necessitam ser debatidos mais uma vez. Porém, caso qualquer alteração fosse aprovada o partido correria o risco de ter que iniciar mais uma vez seu processo de registro, realizando novas Convenções Municipais e Regionais para se aprovarem as alterações. Nesse sentido, aprovam-se os textos originais deixando como indicativo que no ano seguinte (1981) o partido realizaria novo debate em torno desses documentos. Por sua vez, o texto final do Código de Ética do partido acaba ficando em aberto devido a algumas polêmicas em seu texto e a decisão final acaba ficando também para 1981.

Já no segundo dia da Convenção se realizam as eleições dos dirigentes peemedebistas: elegem-se os 69 membros do Diretório Nacional e os 13 componentes da Comissão Executiva Nacional. A Comissão eleita para um mandato de um ano passa a ter seus cargos distribuídos da seguinte maneira:

Presidente: Ulysses Guimarães
1° Vice-presidente: Teotônio Vilela
2° Vice-presidente: Miguel Arraes
3° Vice-presidente: Alencar Furtado
Secretário-geral: Pedro Simon
1° Secretário: Paulo Rattes
2° Secretário: Euclides Scalco
Tesoureiro Geral: Mauro Benevides
1° Tesoureiro: Tarcísio Delgado
Vogais: Franco Montoro, Orestes Quércia, Francisco Pinto e Fernando Cunha

É digna de nota a heterogeneidade ideológica da composição da Comissão Executiva. Ao lado de figuras recém-egressas do partido governista, como o Senador Teotônio Vilela (que havia sido eleito em 1974 pela ARENA), nota-se a inclusão de políticos tradicionais do campo da esquerda, como Miguel Arraes. Tendo sido recém-anistiado, o político logrou rápida ascensão no PMDB, tornando-se uma figura de frente do partido no estado de Pernambuco. O político possuía já uma consolidada carreira política no campo da esquerda trabalhista pré-1964, tendo sido governador do Estado de Pernambuco pelo Partido Social Trabalhista (PST) com apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Com a realização de sua Convenção Nacional, o PMDB poderia então ingressar junto ao TSE com seu pedido de registro definitivo, de acordo com a nova Lei Orgânica dos Partidos. A lei estabelecia que os partidos teriam o prazo de 1 ano após o seu registro provisório para pedir o registro definitivo, o que no caso do partido deveria ocorrer até o dia 6 de maio de 1981. Porém, os novos dirigentes do PMDB optam por adiar a decisão e aguardar pela tramitação de um projeto elaborado pelo senador Franco Montoro que alteraria o prazo de filiação de futuros candidatos a cargos eletivos (reduzindo de 2 para 1 ano o prazo de nova filiação partidária para que haja possibilidade de se candidatar a um cargo). Adiando a sua decisão, os dirigentes concluíram que novas adesões poderiam chegar ao partido neste momento de grande flutuação de

seus quadros, com prováveis futuros candidatos ingressando no PMDB para as eleições de 1982.

6. Reabertura da Câmara: princípio da atuação parlamentar

O descompasso entre a nova legislação partidária e o início dos trabalhos parlamentares no ano de 1980 gerou um resultado um tanto quanto esdrúxulo: a Câmara Federal reabre em 1º de março de 1980 pela primeira vez em sua história “sem partidos”. O Congresso possui apenas “blocos parlamentares”, com vários deputados “perdidos” no ar, aguardando que os partidos obtenham seu registro definitivo a fim de optarem por qual irão se filiar. Freitas Nobre (SP) é escolhido o líder do bloco partidário do PMDB na Câmara enquanto que Paulo Brossard (RS) é escolhido no Senado. No momento da formalização do “bloco” peemedebista o partido conta com 17 senadores e 83 deputados, o que fica abaixo das expectativas iniciais anteriores à reabertura do Congresso.

Com a reabertura dos trabalhos, a futura bancada peemedebista procura ao longo do ano focar seus esforços no Parlamento em uma série de medidas rumo à redemocratização. Há várias emendas importantes de caráter político-institucional que serão apreciadas em 1980 como parte do processo de abertura política. Já em princípios do ano a bancada se esforça para garantir a aprovação da Emenda Lobão¹⁹, muito em pauta naquele momento. Outro exemplo é o projeto apresentado pelo deputado Humberto Lucena (PMDB - PB) que atribui às Comissões Provisórias Municipais dos partidos políticos em organização a escolha dos candidatos as eleições de 1980, uma interessante saída política que chega a ter o apoio de parte da base governista, mas que ao final acaba não vingando.

Uma das principais medidas do ponto de vista da oposição no curto prazo seria garantir que fossem realizadas as eleições municipais em novembro daquele ano (apesar de toda a sua insegurança organizativa) ou que pelo menos as Comissões Provisórias já constituídas pelos partidos pudesse lançar candidatos em uma futura eleição. A ideia de fundo era que este seria um primeiro passo a ser dado para futuramente se garantir

¹⁹ Emenda Constitucional apresentada pelo Deputado governista Edson Lobão ainda em 1979 que propunha o restabelecimento de eleições diretas para Governador e Vice-Governador em 1982. A proposta só acaba por ir a votação no mês de novembro.

eleições diretas para outras esferas de poder, como para Governador dos Estados²⁰.

Apesar do discurso do Partido ser sempre em defesa da manutenção do calendário eleitoral, há outro lado da moeda a respeito desta questão. Parte das lideranças locais do PMDB em alguns estados, ou mais especificamente parte dos políticos peemedebistas que naquele momento exerciam mandatos municipais (seja como prefeito ou vereador) não endossavam a luta nacional do partido por eleições municipais em 1980. O presidente nacional do partido, Deputado Ulysses Guimarães recebe uma série de cartas de lideranças locais pedindo que o partido deixe a critério de cada parlamentar o voto nesta questão²¹.

O tema da prorrogação dos mandatos acaba se materializando numa das mais tumultuadas sessões do Congresso até aquela data e se arrasta ao longo de boa parte do ano. Na madrugada de 4 para 5 setembro, em meio a discussões e agressões físicas, aprova-se a Emenda Constitucional apresentada pelo Deputado Anísio Teixeira que prorroga o mandato dos prefeitos e vereadores em exercício por mais dois anos. Assim, adia-se para 1982 as eleições municipais previstas para 1980, causando uma futura concomitância de eleições. Na Câmara a medida foi aprovada com 218 votos (sendo 217 do PDS e um do PMDB, dado pelo Deputado Iturival Nascimento-GO, que logo em seguida entra em conflito interno com o Partido e chega a correr o risco de ser desligado do futuro PMDB) e no Senado com 36 votos (35 governistas e um “biônico” sem partido até aquele momento). A aprovação da emenda representa uma grande derrota para a bancada federal do PMDB, que havia se retirado do plenário na primeira sessão de votação após o presidente do Senado manter vetos ao processo de obstrução que lhe foi pedido e previsto no regimento parlamentar.

Outras estratégias de atuação parlamentar também foram adotadas pelo partido no ano de 1980, porém sem muita efetividade. Uma delas seria tentar a constituição de várias CPIs através de requerimentos de plenário para se apurarem denúncias

²⁰ Quanto ao tema das eleições de 1980, cabe apontar que o TSE cumpriu seu papel protocolar ao fixar a data das eleições para 15 de novembro, determinando também os prazos para o alistamento eleitoral (6 de agosto) e para a escolha de candidatos pelos partidos (6 de setembro).

²¹ Em trecho de carta enviada pelo Diretório Municipal de Guaraciaba do Norte, Ceará, apela-se que : “A Comissão Nacional do PMDB decida deixar a critério de cada parlamentar a decisão a respeito da prorrogação ou não dos atuais mandatos dos prefeitos e vereadores e a coincidência ou não de todos os mandatos eletivos. (...) O Partido, assim agindo, estará sendo fiel aos princípios de seu programa e respeitando a consciência e liberdade do voto de cada parlamentar”. Trecho reproduzido da Folha De São Paulo, edição do dia 10 de junho de 1980, página 4.

feitas pela oposição nos últimos meses, como a tentativa de instalar a “CPI do sistema financeiro de juros” e a “CPI da Itaipu binacional”, para se verificar a atuação e falta de fiscalização do orçamento do governo nesta obra. Outra estratégia utilizada foi a sucessiva retirada de assinaturas de algumas matérias em tramitação para acelerar o processo legislativo de certas propostas de caráter político-institucional que também compunham o projeto de abertura política, como a “Emenda das prerrogativas do Legislativo”²².

Durante todo o ano de 1980 ainda há um grande constrangimento da bancada oposicionista por parte do governo. Além de ter alguns de seus discursos censurados pela mesa da Câmara (como o proferido em 19 de junho pelo Deputado Aurélio Peres, identificado com a Tendência Popular), a Lei de Segurança Nacional ainda é utilizada sempre que o regime acha necessário e os discursos parlamentares mais enérgicos acabam por ser enquadrados na Lei. Como exemplo, o discurso do Deputado João Cunha (PT-SP) proferido em 28 de abril na Câmara é enquadrado na lei por ofensas ao presidente e aos oficiais-generais (com seu caso inclusive chegando ao STF) e o discurso do deputado Francisco Pinto (PMDB – BA, da Tendência Popular) também sofre ameaças de ser enquadrado na Lei por ter dado apoio a João Cunha (em denúncia feita pelo então chefe do SNI, o general Otávio Medeiros, também por “delito contra a segurança nacional”).

O último grande tema de debates no âmbito do Poder Legislativo e que mobiliza toda a bancada do PMDB é a possibilidade de restabelecimento de eleições diretas para os cargos de Governador dos Estados, considerando-se que no ano de 1980 não serão mais realizadas as eleições municipais anteriormente previstas. A Presidência da República ainda em 1979 envia ao Congresso uma proposta de Emenda Constitucional que restabelece as eleições diretas para governador em 1982 assim como extingue os senadores eleitos indiretamente, os chamados “biônicos”, mantendo-se os seus mandatos até o fim. O relator da proposta e autor do substitutivo, que não a altera em sua essência, foi o Deputado Edson Lobão, vice-líder do governo, deputado pelo PDS do Maranhão. A bancada do PMDB na Câmara insiste durante toda a tramitação em pedir destaque à sua proposta de subemenda que estende as eleições diretas também para o cargo de Presidência

²² A emenda fora apresentada por três deputados governistas: Flávio Marcilio, Djalma Marinho e Célio Borja, mas acaba por não receber o apoio de toda a bancada de sustentação do governo e nem mesmo de toda a oposição

da República. Seu intuito era o de demarcar a posição do partido em torno de um tema que só teria respaldo popular mais de três anos depois, com o movimento das Diretas-Já. Ao final dos debates, por um acordo entre situação e as oposições, o substitutivo oposicionista foi declarado “prejudicado”, de maneira que o plenário optou por dar preferência à proposta governamental e não prejudicar a votação da emenda governamental.

As eleições por fim são aprovadas no Congresso Nacional em 13 de novembro, por unanimidade dos presentes nas duas Casas (contando com votação maciça do PMDB, com apenas cinco filiados ausentes). No dia 19 de novembro, em cerimônia solene no Palácio do Planalto, a Emenda é promulgada pelo Presidente Figueiredo e inicia-se assim um novo processo no partido: a articulação de candidaturas para o pleito de 1982, quando pela primeira vez desde 1965 serão escolhidos por via direta os governadores dos Estados. Além disso, outro objetivo a ser alcançado seria superar o último passo a ser dado para que os partidos se tornem efetivos, conquistando a porcentagem necessária de votos para a Câmara.

7. Considerações finais

Apesar das limitações deste trabalho, procurei focá-lo nos aspectos organizacionais do PMDB nos anos de 1979 e 1980 e o seu tortuoso processo de Fundação. Nesses seus primeiros anos o partido teve que dividir seus esforços em uma série de frentes. Além de procurar estruturar-se nacionalmente e atuar de maneira coesa, há uma grande flutuação dos quadros dos partidos que se formavam e num piscar de olhos o PMDB poderia perder algum político importante, assediado pelas forças do regime (o que de fato ocorreu inúmeras vezes). O cumprimento da legislação imposta pelo TSE não se deu de maneira tão fácil quanto se esperaria de um partido considerado pela literatura como “herdeiro direto” do antigo MDB: além de sua heterogeneidade interna, muitos de seus políticos se dispersaram ao longo do novo cenário partidário. Isso tudo somado torna bastante difícil a tarefa do partido de se localizar ideologicamente no espectro pluripartidário recém-instaurado.

Apesar disso, o PMDB em seus primeiros meses procura claramente se colocar no campo da centro-esquerda no recém-instaurado pluripartidarismo, à esquerda do PP. Conforme descrito ao longo do texto, muitos dos quadros do ex-MDB localizados no

campo da direita do partido (ou no campo mais liberal) deixam o partido e migram para outras agremiações em formação, como o PP e o PDS. Apesar das defecções à esquerda do partido (rumo ao PT ou o PTB Varguista), elas foram minoritárias, e o partido em seu conjunto procura tornar-se um partido de massas.

Em meio a todas essas transformações, um evento de grande importância política ocorreria no ano de 1981 e deve ser considerado pois acaba por alterar profundamente o perfil do partido logo em seu segundo ano de atuação: a aglutinação do PP pelo PMDB, trazendo para o partido muitos políticos que compunham o campo mais à direita do espectro ideológico, mas qualquer análise mais detida sobre o assunto iria além do escopo deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, L.C. 2004. *PPB: origem e trajetória de um partido de direita no Brasil*. Dissertação de mestrado, DCP – FFLCH - Universidade de São Paulo;

ARAÚJO, C. E. P. de; MACIEL, E. C. B. de A. 2002. A comissão de alto nível. História da Emenda Constitucional nº 1, de 1969. In: *A Constituição que não foi. História da Emenda Constitucional nº 1, de 1969*. Brasília: Senado Federal;

BENEVIDES, M. V. 1981. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra;
_____.1989. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, CEDEC;

BRAGA, M. do S.S. 2010. *Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 4. Brasília, julho-dezembro de 2010, pp. 43-73;

BRAGA, M. do S. S.; PIMENTEL JR, J. 2011. *Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?* Opinião Pública, Campinas, v. 17, n. 2, Nov.;

BRANDÃO, G.M. 1995. O partido comunista como esquerda positiva. Lua Nova, 35;
_____. 1997. *A ilegalidade mata: o partido comunista e o sistema partidário (1945-1964)*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 12(33): 23-34;

BRANDÃO, M. A. 2003. *O Socialismo Democrático do Partido dos Trabalhadores. A História de uma Utopia (1979-1994)*. São Paulo: Annablume;

CARREIRÃO, Y de S. e KINZO, M. D. 2004. *Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002)*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, n. 1, pp. 131 a 168;

DELGADO, T. 2006. *A história de um rebelde*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães;

- DINIZ, E. 1982. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra;
- DUVERGER, M. 1959. *Political parties: their organization and their activity in the modern state*. New York: Wiley;
- FERREIRA, D. P. 2002. *PFL X PMDB: Marchas e contramarchas*. Goiânia: Editora Alternativa;
- FLEISCHER, D. V. 1982. Apresentação à edição brasileira. In: Sartori, G. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília: Editora UnB;
- GRINBERG, L. 2009. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X;
- HIPPOLITO, L. 2012. *De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2ªEd.;
- JAGUARIBE, H. 1962. As eleições de 62. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.2, Dezembro;
- KATZ, R. S. e Mair, P. 1995. *Changing models of party organization and party democracy – The emergence of the Cartel party*. *Party Politics*, vol. 1, n. 1, pp 5-28;
- KINZO, M. D. G. 1980. Novos partidos: o início do debate. In: B. LAMOUNIER (org.), *Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. Petrópolis: Vozes;
- _____ 1988. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MBD, 1966 – 1979*. São Paulo: Vértice;
- _____ 1990. O quadro partidário e a Constituinte. In: B. LAMOUNIER (org.), *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: IDESP/Editora Sumaré;
- _____ 1993. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung;
- _____ 1996. *PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro*. St. Augustin (Alemanha): Konrad Adenauer Stiftung;
- _____ 2001. *A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição*. São Paulo Perspec., São Paulo, 15(4), Dec. 2001;
- KIRCHHEIMER, O. 1966. The transformation of the Western European party systems. In: LaPalombara, J. e Weiner, M., *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press, p. 177-200;
- LAVARERA, A. 1991. *A Democracia nas urnas – O processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo Editora;
- LIMA JR, O. B. de. 1983. *Partidos Políticos Brasileiros 45 a 64*. Rio de Janeiro: Graal;
- _____ 1993. *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos Anos 80*. São Paulo: Loyola;

- LIPPI, M. L. L., 1972. *O Partido Social democrático*, Dissertação de Mestrado – IUPERJ;
- LOYOLA, M. A. 1980. *Os sindicatos e o PTB*. Petrópolis: Vozes;
- MARQUES, J. R. e FLEISCHER, D. V. 1998. *De facção a partido: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (1987/1995)*. Brasília: Konrad-Adnauer-Stiftung;
- MARTINS Jr, J.P. 2001. *A trajetória do PTB e o jogo de alianças eleitorais 1945-1964*. Dissertação de mestrado, DCP – FFLCH - Universidade de São Paulo;
- MELHEM, C. S. 1998. *Política de botinas amarelas – o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*. São Paulo: Hucitec;
- MELHEM, C. S. e RUSSO, S. M. 2004. *Dr. Ulysses – o homem que pensou o Brasil*. São Paulo: Artemeios;
- MELO, C. R. 2006. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil. In: SOARES, G. e RENNÓ, L. (orgs.) *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas;
- MELO, C. R. e CAMARA, R. 2012. *Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil*. Dados (online), vol. 55, n. 1, PP. 71-117;
- MENEGUELLO, R. 1989. *PT – A formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra;
- _____, R. 1996. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo*. Tese de doutorado, IFCH-Unicamp;
- MICHELS, R, 1915. *Political Parties – A sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracies*. New York: Hearst's International Library Co.;
- MIYAMOTO, S. 1980. Eleições de 1978 em São Paulo: a campanha. In: B. LAMOUNIER (org.), *Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. Petrópolis: Vozes;
- NADER, A.B. 1998. *Autênticos do MDB, semeadores da democracia – história oral de vida política*. São Paulo: Paz e Terra;
- OLIVEIRA, F.de. 1992. *Collor: a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago;
- OLIVEIRA, B.K.V. 2012. *Da transição democrática ao governo Lula: a trajetória e o papel político do PMDB*. Dissertação de mestrado, DCS – UFCE;
- PANEBIANCO, A. 2005. *Modelos de Partidos. Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes;
- PEREIRA, L.C.B. 1987. *O PMDB e as eleições de 1986*. São Paulo: Fundação Pedroso Horta;

REIS, F.W. 2010. *Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros*. Novos Estudos, n. 87, Julho;

RIBEIRO, P. F. 2010. Dos sindicatos ao governo. A organização nacional do PT de 1980 a 2005. São Carlos: EdUFSCAR;

RIBEIRO, R. L. M. 2011. *A Decadência Longe do Poder - Refundação e Crise do PFL*. Dissertação de mestrado, DCP – FFLCH - Universidade de São Paulo;

ROMA, C. 1997. *A social democracia no Brasil: organização, participação no governo e desempenho eleitoral do PSDB, 1988-1998*. Dissertação de mestrado, DCP – FFLCH – Universidade de São Paulo;

SADEK, M. T. 1989. A interiorização do PMDB nas eleições de 1986 em São Paulo. In: *Eleições 1986*. São Paulo: IDESP/Vertice;

_____. 1993. *Sistema Partidário Brasileiro: a debilidade institucional*. Instituto de Estudos Económicos, Sociais e Políticos, São Paulo; Working Paper n.72 - Barcelona;

SAMPAIO, R. 1982. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global Editora;

SARTORI, G. 1982. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Editora Unb;

SCHMITT, R. 2000. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora;

SKIDMORE, T. E. 2004. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*. São Paulo: Paz e Terra, 8ª ed;

SOUZA, M. C. C. 1990. *Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964) 3ª Edição*, São Paulo: Editora Alfa-Ômega;

VIANNA, L. W. 1978. *O Sistema partidário e o Partido Democrata Cristão*. Cadernos CEDEC, São Paulo: Brasiliense;

REVISTA DO PMDB – Abril 2005. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães.